

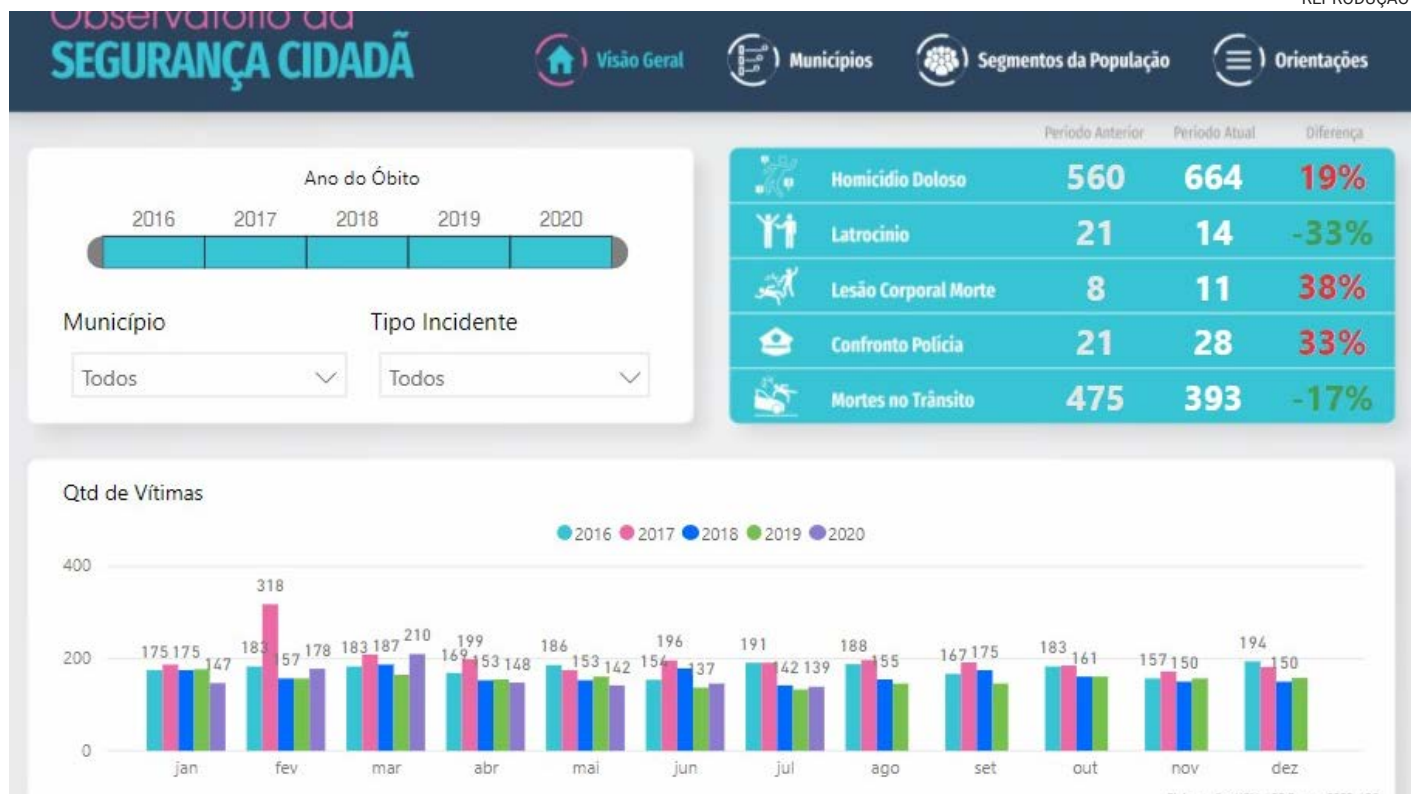
Núcleos de Gestão da Informação e Observatórios de Segurança Pública

Políticas de segurança pública podem ser respaldadas por evidências empíricas no âmbito dos núcleos de gestão da informação e observatórios, ampliando a transparência e gestão democrática no setor

Pablo Lira

06 de outubro de 2020

REPRODUÇÃO



Página na internet do Observatório da Segurança Cidadã do Espírito Santos

Em sua mais recente edição, o *Atlas da Violência 2020*, uma das principais publicações no campo da segurança pública que é produzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), destaca algumas políticas efetivas de segurança pública.

No quadro internacional são citados casos de sucesso emblemáticos, como as estratégias implementadas em Nova York, Bogotá, Medellín e Cidade Juárez. No contexto brasileiro, desde os anos 2000, algumas Unidades da Federação (UFs) e municípios começaram a assimilar as experiências exitosas estrangeiras e a implementar políticas de segurança pública efetivas e inovadoras, a saber, o Infocrim (2000), em São Paulo; o Programa “Fica Vivo” (2002) e o IGESP (2008), em Minas Gerais; o Pacto pela Vida (2007), em Pernambuco; as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) (2008), no Rio de Janeiro; o “Paraíba Unidos pela Paz” (2011); e o “Estado Presente” (2011), no Espírito Santo. Além dessas políticas de referência, o *Atlas da Violência* também menciona como exemplos positivos as ações e planos de segurança pública no âmbito municipal em inúmeras cidades no Sul do Brasil, no interior de São Paulo e em outros estados.

As políticas efetivas de segurança pública destacadas pelo IPEA e FBSP apresentam os seguintes aspectos em comum: a) gestão orientada por resultados, com planejamento e liderança forte; b) integração e qualificação do trabalho policial, com ênfase na inteligência; c) ações de prevenção social focalizadas nos jovens residentes em territórios com elevada vulnerabilidade

socioeconômica, e conflagrados pela atuação de grupos ligados ao tráfico de drogas ilícitas; d) gestão da informação e do conhecimento na perspectiva das estatísticas e análises criminais.

Sobre essa última característica, que dá base e sustenta os demais aspectos das políticas de segurança pública exitosas, cabe ressaltar a importância dos núcleos de gestão da informação. Tais núcleos tendem potencializar a utilização de informações no planejamento e processo decisório, ampliar a qualidade das bases de dados locais, favorecer uma maior transparência e controle social das estatísticas criminais e fomentar a integração entre as agências e demais instâncias de segurança pública, como os Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e observatórios de violência.

Para demonstrar a relevância dos núcleos de gestão da informação, podemos citar o exemplo da Gerência de Estatística e Análise Criminal (GEAC) da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SESP) do Espírito Santo. Em 2019, o trabalho integrado da GEAC com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) possibilitou o desenvolvimento do Observatório da Segurança Cidadã (OSCES), que representa uma inovação do programa "Estado Presente". Criado pelo Decreto nº 4.551-R/2019, o OSCES converge gestão da informação, do conhecimento e da tecnologia. Objetiva organizar e sistematizar, de forma transparente, informações de segurança pública, defesa social e justiça criminal, subsidiando a elaboração de ações estratégicas multissetoriais de controle e prevenção da criminalidade, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Com um ano de implantação, o OSCES vem subsidiando as ações do "Programa Estado Presente" e ampliando a transparência aos dados e informações por meio da disponibilização de painéis dinâmicos de indicadores, diagnósticos, estudos e pesquisas. Esses produtos de informação podem ser facilmente acessados na página oficial ijsn.es.gov.br na seção do Observatório da Segurança Cidadã. Vale ressaltar que o OSCES está servindo de referência para que municípios estruturem seus observatórios locais. A Guarda Municipal de Vitória iniciou alguns trabalhos em parceria com o IJSN com esse objetivo.

Nesse sentido, as políticas de segurança pública tendem ser respaldadas por evidências empíricas analisadas no âmbito dos núcleos de gestão da informação e observatórios, ampliando a transparência e gestão democrática no mencionado campo.

Pablo Lira

Doutor em Geografia, Mestre em Arquitetura e Urbanismo, pesquisador do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), professor da Universidade Vila Velha (UVV) e associado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/e9e6sh5s7o>

